



Relatório - Missão de Interesse do CAU/BR

1. LOCAL E DATA:

DATA:	22 a 24 de outubro de 2019
EVENTO	X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO
LOCAL:	Palmas/TO
NOME	CONS. Nikson Dias de Oliveira

2. REPRESENTAÇÃO:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

3. ESCOPO/HISTÓRICO:

O IBDU tem como objetivos defender o Direito Urbanístico, a ordem urbanística, o meio ambiente ecologicamente equilibrado e promover, divulgar e disseminar o Direito Urbanístico. Confira a última versão de nosso Estatuto Social, aprovada em outubro de 2017.

O Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU é uma associação civil, com atuação nacional desde 2005, que reúne profissionais, pesquisadores e estudantes para discutir, pesquisar e divulgar temas do Direito Urbanístico. Atua como produtor de conhecimento, principal fonte de pesquisa e capacitação técnica na área no país.

4. PRINCIPAIS PARTICIPANTES:

- BR CIDADES;
- CAU/BR;
- CAU/UFs;
- LEHAB;
- GOVERNO FEDERAL.

5. OBJETIVOS:

Os debates das duas primeiras sessões do X Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico foram dedicados à análise do impacto do processo político brasileiro sobre o Direito à Cidade e das formas de resistência que vem sendo desenvolvidas no Brasil. Além de enfatizarem a necessidade de pensar estratégias para defesa da ordem jurídica urbanística, os especialistas apontaram a urgência na revisão de conceitos e na incorporação definitiva das questões de gênero e raça para pensar os territórios urbanos.

No primeiro painel “Processo de desdemocratização brasileiro e os impactos ao Direito à Cidade”, os advogados Betânia Alfonsin (IBDU), Edésio Fernandes (Lincoln Institute of Land Policy / EUA), Thiago Hoshino (assessor jurídico MP/PR) e a arquiteta Mônica Benício fizeram um retrato da conjuntura de descaracterização dos marcos constitucionais da política urbana do país e questionaram os limites da democracia brasileira, apontando exemplos e possibilidades para qualificar a ideia do direito à cidade.

Betânia Alfonsin lembrou que é necessário formular estratégias para capilarizar o debate e enfrentar uma conjuntura em que há sinais de rompimento dos acordos políticos construídos em torno da chamada Nova República. Esse recuo democrático estaria sendo materializado pelo desmonte das bases da



política urbana, com um ataque ao princípio da função social da propriedade e aos mecanismos democráticos de participação popular.

Para Edésio Fernandes, as diretrizes de planejamento urbano estão implicadas na constituição de uma ordem territorial excludente. Na sua avaliação, entre os prejuízos provocados à democracia é preciso contabilizar a perda do ideário em torno da reforma urbana. Para enfrentar esse recuo, seria necessário revisitar conceitos como cidade e público, qualificando o direito à cidade a partir da questão do acesso e repensando a função social da propriedade em termos de valor social da terra. Em exemplos recolhidos em todo o mundo, o especialista apresentou possibilidades de intervenção da sociedade civil e do desenvolvimento de soluções coletivas com destaque para iniciativas simbólicas como a instalação do Jardim Marielle Franco, em um terraço suspenso próximo à estação de trens, em Paris. A iniciativa teve como inspiração o movimento cujo objetivo era espalhar, nas cidades brasileiras, marcos em memória da vereadora assassinada.

Thiago Hoshino lembrou a necessidade de avaliar o processo de democratização brasileiro a partir de setores da população que não foram alcançados por ele. Ao questionar quem é efetivamente o sujeito de direitos consolidado na Constituição Federal de 1988, demonstrou que houve uma distribuição desigual de direitos que não chegou a grupos e territórios mais vulneráveis. Esse processo de desigualdade foi agravado pela política de desmonte dos últimos governos. O especialista chama atenção para a necessidade de compreender a produção do espaço e os atores que atuam nas periferias, apontando pontos cegos nas análises acadêmicas que tem dificuldade em enxergar a atuação das milícias e dos grupos religiosos extremados.

“Onde está a potência constituinte do Direito à Cidade, como traduzir em direito de pretos e gays?”, pergunta Hoshino.

O limite da democracia brasileira também foi questionado pela arquiteta Mônica Benício ao analisar a lógica de organização das cidades e lembrar a necessidade de considerar a relação entre violência no espaço público no contexto de territórios que são permeados por uma lógica de exclusão.

A partir da experiência do Rio de Janeiro, Mônica Benício alerta para o fato de que as milícias assumiram o lugar do Estado brasileiro e pergunta quem pode viver e quem deve morrer nas cidades e na democracia brasileira. Na sua opinião, a conjuntura exige uma tomada de atitude. “O que vocês farão com o que estão discutindo aqui? De que lado vocês estão?”, questionou Mônica.

Além da contribuição de Mônica, a presença de Marielle Franco foi lembrada tanto como exemplo da extrema vulnerabilidade de setores específicos da sociedade brasileira quanto pela potência de sua figura como vetor de ressignificação da prática política e dos espaços urbanos, materializada nas ruas e parques que vem sendo rebatizados com seu nome em várias cidades do mundo

6. PROGRAMAÇÃO:

Dia 22/10 – Campus Universidade Federal do Tocantins

08:00 – 09:00 – Credenciamento (Laboratório) 09:00 – 10:00 – Mesa de Abertura (Auditório Cuíca)

Betânia Alfonsin – Advogada, Diretora Geral do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Professora Doutora da Fundação Escola Superior do Ministério Público e Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

João Aparecido Bazzoli – Advogado, Coordenador da região Norte do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Professor Doutor da Universidade Federal do Tocantins, com experiência na área de planejamento urbano e atuação na revisão do Plano Diretor de Palmas

Autoridades locais: Reitoria da Universidade e Diretor do Campus de Palmas, Coordenador do Curso de Direito, representantes da OAB, MPE, MPF, DPE e CAU/BR

10:00 – 12:30 – Painel I: Processo de desdemocratização brasileiro e os impactos ao Direito à Cidade (Auditório Cuíca)

Betânia Alfonsin - Advogada, Diretora Geral do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Professora Doutora da Fundação Escola Superior do Ministério Público e Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



Edésio Fernandes – Jurista, Doutor em Direito pela Warwick University (Reino Unido), Membro da DPU Associates (Inglaterra) e Professor do Lincoln Institute of Land Policy (EUA)

Mônica Benício – Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Thiago Hoshino – Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, doutorando pela Universidade Federal do Paraná, pesquisador da rede Observatório das Metrôpoles e membro da Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde (RENAFRO).

12:30 – 14:00 – Almoço

14:00 – 18:00 – Grupos de Trabalho (Salas Blocos A e C)

18:30 – 21:00 – Painel II: Resistências: Direito à Cidade em disputa (Auditório Cuíca)

Mediação: Gilson Santiago Macedo Júnior – graduado em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, integrante do Núcleo de Assessoria Jurídica Alternativa da UESB, membro do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico e pesquisador sobre direito à cidade e sobre a heterocisnormatividade dos espaços urbanos na cidade-armário

Palestrantes:

Paula Santoro - Arquiteta e Urbanista, Professora Doutora da Universidade de São Paulo, com pesquisas sobre instrumentos de planejamento e gestão financeirizada e defesa de perspectivas interseccionais para o urbano
Mônica Oliveira - Comunicadora, Assessora do mandato coletivo Juntas, foi assessora da FASE/PE e atuou na SEPP/IR/Gov. Federal e é membra da Coordenação da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e da Rede de Mulheres Negras do Nordeste

Graziela Tavares - Professora da Universidade Federal do Tocantins com pesquisas sobre mulheres e gênero, tratando da violência contra mulheres e espaço das mulheres na cidade. Membro do corpo editorial de periódicos e parecerista de artigos científicos em Revistas

Allan Ramalho - Defensor Público do Estado de São Paulo e Coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo
Dia 23/10 – Campus Universidade Federal do Tocantins

08:30 – 10:30 – Painel III: O nó da terra: regularização fundiária, conflitos urbanos e a proteção do patrimônio público (Auditório Cuíca)

Mediação: Patryck Carvalho - Arquiteto e Urbanista, Coordenador da região Sudeste do Instituto Brasileiro de direito Urbanístico, atua em Administrações Públicas, colaborando na construção de políticas públicas na área de Habitação e Desenvolvimento Urbano, especializando-se em regularização fundiária

Palestrantes:

Maurício Leal Dias - Advogado, Professor doutor da Universidade Federal do Pará com experiência em temas de regularização fundiária

Letícia Osório - Advogada, Doutora em Direito pela Universidade de Essex (UK)

Cristiane Benedetto - Advogada, Coordenadora da região Centro-oeste do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, com especialidade no tema da regularização fundiária e patrimônio da União

Ana Karla da Costa de Alcântara - Representante do MTST/PE

Victor Carvalho Pinto – Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo, Consultor Legislativo do Senado Federal na área de Desenvolvimento Urbano, Colaborador do Lincoln Institute of Land Policy e dos sites ArqFuturo e Caos Planejado,

10:30 – 12:30 –

integrou a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal

Painel IV: Sistema de justiça e o direito urbanístico (Auditório Cuíca)

Mediação: Fernando G. Bruno Filho - Advogado, Professor Doutor da Faculdade de Direito da Universidade São Judas

Palestrantes:

Marco Antonio Delfino de Almeida - Procurador da República com atuação no combate à grilagem de terras, proteção de direitos de populações tradicionais, comunidades quilombolas e povos indígenas

Juliana Oliveira - Defensora Pública do Estado do Pará, coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Estratégicas, mestre em Direito pela Fundação Eurípedes Soares da Rocha e doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Pará.



Maria Júlia Miranda - Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora do Núcleo de Terra e Habitação

Giovana de Melo Araújo – Promotora de Justiça do Estado do Ceará Almoço

Grupos de Trabalho (Salas Blocos A e C)

Oficina: Plataforma Global pelo Direito à Cidade (Auditório Bloco C)

Coordenação: Henrique Botelho Frota – Foi Diretor Administrativo (2009/2013) e Secretário Executivo (2014/2017) do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. Atualmente, é Diretor Executivo do Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais e assessor da Plataforma Global pelo Direito à Cidade.

Espaço para refletir as iniciativas da Plataforma Global pelo Direito à Cidade Lançamento de Livros (Entrada do Auditório Cuíca)

Assembleia IBDU (Auditório Cuíca)

12:30 – 14:00 – 14:00 – 18:00 – 16:00 – 18:00 –

18:00 – 19:00 – 19:00 – 21:00 –

Dia 24/10 – Campus Universidade Federal do Tocantins e Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

08:30 – 10:30 – Painel V: Planejamento urbano e ambiental e os desafios metropolitanos (Auditório Cuíca)

Mediação: Marcelo Leão – Advogado, Coordenador da região Sul do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, com atuação na área do direito urbanístico

Palestrantes:

Fernanda Carolina Vieira da Costa - Advogada, Vice-Diretora Geral do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, mestra em desenvolvimento urbano pela Universidade Federal de Pernambuco, com extensa experiência em assessoria na área de planejamento urbano

Benny Schvarsberg - Arquiteto e Urbanista, Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, mestre em Planejamento Urbano e Regional e Doutor em Sociologia Urbana.

Suyene Monteiro da Rocha – Professora Doutora da Universidade Federal do Tocantins com pesquisa na área Cidade e Meio Ambiente

João Alfredo Telles Melo – Professor Doutor do Centro Universitário 7 de Setembro e possui experiência em direito ambiental e meio ambiente

Cíntia Estefania Fernandes - Procuradora do Município de Curitiba, Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, Doutora (PHD) em Gestão Urbana - PPGTU pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professora do Lincoln Institute of Land Policy (EUA)

10:30 – 12:30 – Oficinas

Oficina “Burnout” no Direito Urbanístico diagnóstico e cura (Auditório Cuíca)

Oficina promovida pelo Lincoln Institute of Land Policy, tendo como proposta debater o “Burnout” Urbanístico, Fiscal e na Regularização Fundiária. Diagnóstico e Cura.

Paulo Sandroni – Professor da Faculdade Getúlio Vargas e colaborador do Lincoln Institute of Land Policy (EUA)

Cíntia Estefania Fernandes - Procuradora do Município de Curitiba, Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, Doutora (PHD) em Gestão Urbana - PPGTU pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professora do Lincoln Institute of Land Policy (EUA)

Victor Carvalho Pinto – Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo, Consultor Legislativo do Senado Federal na área de Desenvolvimento Urbano, Colaborador do Lincoln Institute of Land Policy e dos sites ArqFuturo e Caos Planejado, integrou a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal

Sonia Rabello – Professora colaboradora do Lincoln Institute of Land Policy (EUA)

Oficina sobre iniciativas em ensino, pesquisa e extensão em direito urbanístico (Auditório Bloco C)

Proposta de debater as diferentes experiências de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao direito urbanístico.



Coordenação: Lígia Maria Silva Melo de Casemiro – Coordenadora de ensino e pesquisa do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico e Professora Doutora da Universidade Federal do Ceará

Oficina Direito Urbanístico e a Ordem dos Advogados do Brasil (Bloco A, Sala 01)

Momento dedicado ao compartilhamento de experiências entre integrantes das comissões em diferentes seccionais, conforme realizado em 2017 em Florianópolis no IX CBDU. Além de possibilitar uma reflexão sobre questões que vêm sendo pautadas no seu âmbito em diferentes estados, trata-se de oportunidade de refletir sobre seu papel estratégico no atual momento da política urbana brasileira.

Coordenação: Rosane Tierno – Advogada, Coordenadora de relações institucionais do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico e especialista em regularização fundiária

Participação especial: Daniela Libório - Advogada, Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Presidenta da Comissão Especial de Direito Urbanístico do Conselho Federal da OAB

12:30 – 14:00 – Almoço

14:00 – 17:00 – Painel VI: Desafios e tendências do Direito Urbanístico em um contexto de crise (Auditório ULBRA)

Mediação: Adriana Lima – Coordenadora da região Nordeste do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Professora Doutora da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Palestrantes:

Sonia Rabello – Professora colaboradora do Lincoln Institute of Land Policy (EUA) e do Mestrado Profissional do PEP (Programa de Especialização em Preservação) do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Nelson Saule Júnior - Advogado, Coordenador de relações internacionais do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Professor Doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e coordenador da área de Direito à Cidade do Instituto Polis

Bianca Tavolari – Professora Doutora Teaching Fellow do Insper e pesquisadora do Núcleo de Direito à Cidade – LabCidade

Paulo Romeiro - Doutor e Pesquisador sênior do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas sociais, com experiência na área de direito à moradia, direito urbanístico e impactos de megaprojetos

João Aparecido Bazzoli – Advogado, Coordenador da região Norte do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Professor Doutor da Universidade Federal do Tocantins, com experiência na área de planejamento urbano e atuação na revisão do Plano Diretor de Palmas

CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

GT 01 - Reconhecimento, dimensões e implementação do direito à cidade Sessão 1 – 22/10, 14h00 – Bloco C, Sala 04

Ana Maria Isar dos Santos Gomes – Desencryptando o Direito à Cidade: O que está por trás da inefetividades da legislação urbanística?

Drica Salles, Valério Medeiros – Os aspectos morfológicos do Direito à Cidade

Lucas Emmanuel Silva Teixeira, Nilton Marques de Oliveira – Direito à Cidade: Condição Essencial Para a Ampliação da Gestão Democrática

Nelson Saule Júnior – A cidade como um bem comum - Pilar emergente do Direito à Cidade

Sessão 2 – 22/10, 16h00 – Bloco C, Sala 04

Betania de Moraes Alfonsin – De 2013 a 2019, uma marcha ré na Política Urbana e no Direito à Cidade Bruno

Gabriel Kassabian – Projeto Brasil Cidades: A questão jurídica e social para a realização de um programa popular para as cidades brasileiras

Ana Clara Aguiar, Daniel Mendes Mesquita de Sousa, Fernanda C. Frias, Glauco Bienenstein, Marcele Gualberto, Regina Bienenstein – Lutas coletivas por moradia na metropolitana do Rio de Janeiro: Mapeando conflitos

Bruno Soeiro Vieira, Helio Jorge Regis de Almeida, Jorge Luiz Oliveira dos Santos, Kaique Campos Duarte – A Tragédia do desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida em São Paulo e o discurso criminalizante adotado pela imprensa nacional ao movimento social de moradia

Beatriz Rêgo Xavier, Isabella Dantas Oliveira, Jacqueline Alves Soares, Ligia Maria S Melo de Casimiro, Ruth Ana Pereira de Araújo – Urbanização à brasileira: Uma história de desigualdades no acesso à cidade

Sessão 3 – 23/10, 14h00 – Bloco C, Sala 04



Mayara Rayssa da Silva Rolim, André Cutrim Carvalho, Mauricio Leal Dias, Gilberto de Miranda Rocha, André Luis Assunção de Farias – Nova Agenda Urbana e a renaturalização fluvial na perspectiva da mudança da relação homem natureza

Sergio Bellino Roca – Territorios Comunales: Insurgencias, Desafios y Derecho a la ciudad en el Estado comunal Venezolano

Miguel Etinger de Araujo Junior, Ariella Kely Besing Motter – Direito à Cidade e o direito à alimentação adequada: Ensaio sobre a segurança alimentar diante da Nova Agenda Urbana

Tatiana de Oliveira Sousa, João Bazzoli, Cecília Delgado – Agricultura Urbana e Alimentação: Hortas Urbanas em Palmas-TO

Miguel Etinger de Araujo Junior, Gabriela Guandoline Gatto, Juliani Cristina Lima Grochoski – O crescimento desordenado das cidades e o plano-diretor como instrumento de controle do ambiente urbano
Sessão 4 – 23/10, 16h00 – Bloco C, Sala 04

Adriana França – A reserva do possível e o direito à moradia da população em situação de rua

Leandro Castro Benício, Simone Alves dos Santos Rodrigues – Movimentos comunitários da Rocinha em luta pelo direito à moradia digna pela perspectiva do Direito à Cidade

Olivia Campos Maia, Mariela Cristina Ayres de Oliveira, Andressa Caroline Silva Leitão Gomes, Fernanda Alencar Fernandes, Letícia Dias Hiar, Percyo Lima de Almeida – A Exceção como regra: Irregularidade, segregação e violência na cidade planejada

Fernanda Jahn-Verri – The (re)making of the city while throwing out the poor: Discourses on the Apparatus of Property

Mateus Cavalcante de França – Por um direito à cidade comunitário-participativo: a implementação de direitos fundamentais no espaço urbano pela ótica do pluralismo jurídico

GT 02 - Direito à cidade e o combate ao racismo, machismo, LGBTfobia e outras formas de opressão Sessão 1 – 22/10, 14h00 – Bloco A, Sala 08

Carolina Gonçalves Mauro Terra, Clarissa Duarte de Castro Souza – Ciudad'elas: estudo urbano-feminista em São Vicente

Lidiane Lima Silva, Luciana Santos Silva, Claudio Carvalho – Mulheres, Direitos Humanos e Direito à Cidade no Brasil

Raquel Valadares – A inclusão precária das mulheres no Direito à Cidade no Brasil

Larissa Alessandra Santos Beleza, Enzo Bello – As mulheres no espaço urbano brasileiro: o Direito à Cidade como alternativa a um cenário de violações de direitos humanos

Veridiana Godoy – Cidades mais igualitárias: O debate do urbanismo feminista

Sessão 2 – 22/10, 16h00 – Bloco A, Sala 08

Aline da Silva Sousa, João Bazzoli – Segregação socioespacial: Direito à Cidade e mulheres negras

Ana Carolina Almeida Santos Nunes, Marina Pereira – A Ausência das perspectivas de gênero e raça nas políticas públicas de mobilidade urbana

Tirza Natiele Almeida Matos – A (i)mobilidade feminina no espaço urbano brasileiro: uma análise através de “Eu não sou um homem fácil”.

Gustavo Bresola – O Direito à Cidade: Relação da cidade patriarcal e os corpos dissidentes no espaço urbano

Matheus de Oliveira Martins, Nilton Fernandes, Amélia Panet – Territórios de lazer LGBTQ+ na cidade de João Pessoa

Bruna Pimentel Cilento, Cássia Santos Garcia, Daniele Cordeiro Motta, Marina Zanatta Ganzarolli – Criminaliza STF: O Direito à Cidade sem "ideologia de gênero"

Sessão 3 – 23/10, 14h00 – Bloco A, Sala 08

Lara Caldas Fernandes da Silveira, Amanda Brasil Cavalcante – O Direito da mulher à cidade como forma de promover a resiliência urbana

Ivana Franco Ribeiro, Karoline Krenski – Cidadania, domesticidade e habitação a partir do viés feminino Glaucy

Hellen Herdy Ferreira Gomes, Mariana Dominato Abrahão Cury – Perspectiva de gênero como

categoria de análise urbana: um estudo sobre a implantação da Casa da Mulher de Juiz de Fora. Matheus Mafra – A Morada dos imigrantes sob o paradigma imunitário de Roberto Esposito



GT 03 - Limites e desafios na implementação da política urbana e ambiental

Sessão 1 – 22/10, 14h00 – Bloco C, Sala 06

Allan Ramalho Ferreira, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Rafael Negreiros, Vanessa Chalegre de Andrade França – O Planejamento Urbano voltado à lógica de mercado: A atuação da defensoria pública no processo de revisão do plano diretor do município de Jacareí-SP

Cristiane Borborema Chaché, Lucas Barbosa Cortinhas, Paloma Martins Mendonça – O Plano diretor municipal como instrumento de planejamento ambiental: A experiência das unidades de conservação no município de Itaboraí/RJ

Denise dos Santos, Sidney Piochi Bernardini – O Plano diretor como instrumento de reforma urbana: panorama da elaboração e revisão dos primeiros planos diretores pós-Estatuto da Cidade

Letícia Claro, Camila Silva, Denise de Campos Gouvea, Heloisa Pereira Azevedo, Josiana Wanderlei, Larissa Carvalho de Carvalho, Marcos Soares, Vicente Correia Lima Neto – Parcelamentos Urbanos Isolados: o caso do Plano Diretor do Distrito Federal

Mariana Levy Piza Fontes – Gargalos jurídico-institucionais na implementação dos planos diretores: O caso de São Paulo

Bruno Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima – Operações Urbanas Consorciadas: Reflexões sobre sua efetividade como instrumento de recuperação de mais-valia urbana

Sessão 2 – 22/10, 14h00 – Bloco C, Sala 12

Leticia Rocha, Virginia Pontual – Reflexos das relações sociais de poder na arena política de planejamento urbano: A revisão do plano diretor do Recife 2018-2019

Amanda Munhoz Buba – Construindo a relação entre planejamento orçamentário e plano diretor: Um estudo de caso para o município de São Paulo

Carolina dos Santos Chagas, Maria Cristina da Silva Schicchi – As Políticas urbanas para o centro de Campinas: Descompasso entre discursos e práticas

Debora Luiza Schumacher Furlan, Naomi de Paula Scheer – Abordagem sobre a inclusão de territórios tradicionais faxinalenses na legislação e planejamento municipais

Thais Oliveira Bezerra de Sousa, Lara Paula de Meneses Costa, Jacqueline Alves Soares, Ligia Maria S Melo de Casimiro, Beatriz Rêgo Xavier – Plano diretor participativo e a gestão democrática da cidade: Desafios da participação popular na implementação e revisão do plano diretor participativo de Fortaleza

Ana Júlia Mendes Oliveira, Aíla Cohim Caetano Araripe – Ocupação e planejamento no Distrito Federal: Reflexos das políticas urbanas no acesso à justiça através da DPU

Sessão 3 – 22/10, 16h00 – Bloco C, Sala 06

Angellina Morales, Samuel Martins dos Santos – Gestão democrática da política urbana e cultura política não-democrática: Uma análise da aprovação do plano diretor de Florianópolis (2006-2009)

Ítalo Stephan – Oportunidades e obstáculos na participação popular: a elaboração de plano diretor de Viçosa

Harley Sousa de Carvalho – Participação social no projeto do novo código da cidade de Fortaleza: Um confronto entre proposta legislativa e práticas institucionais

Mariela C. Ayres de Oliveira, Olívia de Campos Maia Pereira, Hugo Fabiano Dominiquini – Análise da mobilização social e os instrumentos de participação social na elaboração do plano diretor de Palmas/TO

Maurício Leal Dias, Mayara Rayssa da Silva Rolim, Nayanne Cristina Castro Pacheco, Brenda Jeane Delgado da Costa, André Cutrim Carvalho, Girolamo Domenico Treccani – Direito à Cidade na Amazônia e participação popular: Um debate sobre a revisão do plano diretor do município de Belém

Sandra Pires Barbosa – A Participação Social no Processo de Revisão do Plano Diretor do Recife

Sessão 4 – 22/10, 16h00 – Bloco C, Sala 12

Ana Maria Isar dos Santos Gomes – Disfunções urbanas e a função extrafiscal do IPTU

Laryssa Rezende Simão, Marli Teresinha dos Santos, José Maria da Silva Júnior, Marlon Rodrigues Mesquita de Freitas – Plano diretor de Palmas, Tocantins: Instrumento de ordenamento urbano ou de gestão das urgências?

Maria Lucia Refinetti Martins – Operações Urbanas Consorciadas: A Outorga Onerosa do Direito de Construir entre as razões urbanística, social e financeira



Gabriela Marasco Terentim, Claudia Marcela Acosta – Autonomia, capacidade estatal e efetividade dos instrumentos urbanísticos: O caso PEUC

Mozart Victor Ramos Silveira – Extrafiscalidade e sustentabilidade urbana: desafios e possibilidades interdisciplinares

Sessão 5 – 23/10, 14h00 – Bloco C, Sala 06

Clara Cirqueira de Souza – A Disputa judicial da política urbana constitucional no STF, Ações Declaratórias de Inconstitucionalidade frente à Lei no 13.465/2017

Marcos Vinicius Ferreira de Godoy – Função Social da Propriedade: Um princípio em (constante) disputa Sandra Batista Medeiros, Luciana Márcia Gonçalves, Luzia Cristina Antoniossi Monteiro, Filipe Augusto Portes

– Os Efeitos da extinção do Ministério das Cidades sobre a política urbana no Brasil

Gisela Cunha Viana Leonelli, Tomás Moreira – A Liberação da urbanização da alta renda no rural com a lei federal 13.465/17

Raquel Tomanik – Legem Habemus! A regulamentação dos condomínios fechados nas entrelinhas da lei

Sessão 6 – 23/10, 14h00 – Bloco C, Sala 12

Beatriz Cervino Milla, Guadalupe Maria Jungers Abib de Almeida – A Regulação normativa e a ocupação fática na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar: Os casos de Itanhaém e Peruíbe

Carla Maria Peixoto Pereira, Maria do Socorro Almeida Flores – Política climática na Amazônia: A cidade de Barcarena/PA e o ODS 13

Michaela Farias Alves, Nággila Taissa Silva Frota – As Dinâmicas socioambientais e a implementação dos instrumentos urbanísticos no Grande Bom Jardim

Natália Luana de Queiróz Silva, Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha – Terminal aquaviário de Natal: Um panorama da poluição petroquímica em um vazão urbano e os conflitos pela posse da terra

Renata Santos, Daniela Colin Lima, Jose Marques Carriço, Walter Barrella – A Hidrografia e os planos de Brito - O caso da ocupação urbana de Santos/SP

Sandra Pires Barbosa – Insuficiência e Inadequação dos Espaços Verdes e Áreas Protegidas Urbanas do Recife

Sessão 7 – 23/10, 16h00 – Bloco C, Sala 06

Natália Cabral do Rêgo Barros – Da Cidade ideal à cidade real: Reflexões histórico-sociológicas da normatização urbanística nacional

Pedro Paulo Cunha Costa, Matheus Bernardino de Sousa, Tatiana Cotta Gonçalves Pereira – O Rural e o Urbano no Plano e na Realidade: olhares sobre o desenvolvimento de territórios em Nova Iguaçu

Raíssa Sousa e Silva, Lucimara Albieri de Oliveira – Estudo das alterações do perímetro urbano em uma cidade de baixa densidade: O caso de Palmas/TO

Virginia Junqueira Rugani Brandão – A Relevância do Associativismo para as políticas de desenvolvimento urbano em municípios de pequeno porte

Viviany Barreto Nogueira Borges – "Desurbanizando ou ruralizando"? Desafios para uma cidade eficiente

GT 04 - Direito à moradia, regularização fundiária e política habitacional

Sessão 1 – 22/10, 14h00 – Bloco A, Sala 01

Bruna Alves Lorena da Silva, Julia Paulino, Elliel Kassio dos Santos Ferreira, Lucas Carvalho Sanglard –

Transformações, rupturas e continuidade pelo Minha Casa Minha Vida: Estudo sobre Brasília

Jackeline Sampaio Passos, Poliana de Souza Borges França – Programa Minha Casa Minha Vida, mercado e infraestrutura urbana: Repercussões para o trabalho do assistente social com as famílias beneficiadas

Fábio Bragança Zago, Paulo Afonso Cavichioli Carmona, Oriane Graciani de Souza – Legitimação fundiária na promoção do direito fundamental à moradia

Laini Souza – Morar e pertencer: Uma análise da dimensão psicossocial de indivíduos contemplados por programas habitacionais

Wellington da Rocha Almeida, Fabiana Regina da Silva Grossi, Edelyn Knebel de Alcântara Oliveira, Fabiana Regina da Silva Grossi, Jeovana de Souza Araújo, Rosana Maria Reis Dos Santos – Disputa territorial e políticas habitacionais: Revisão sistemática da literatura

Valéria Sanches, Maria Thereza Torres Montenegro, Sara Macedo – Trabalho social em regularização fundiária nas favelas urbanizadas pela CDHU



Sessão 2 – 22/10, 14h00 – Bloco A, Sala 02

Olivia Campos Maia, Mariela Cristina Ayres de Oliveira, Marli Teresinha dos Santos, Déborha Souza Alves Gomes, João Alves dos Reis Neto, Kassyo Fernando da Silva, Lais Barbosa Oliveira, Rebeca Cristina do Prado Lima, Lucas Serafim, Mariana Emilene Arruda Azevedo, Douglas Patrick da Silva Tavares – A Experiência de REURB enquanto extensão universitária no Machado Oeste II - Palmas/TO

Rosane Tierno, Renata Paula Lucas, Rodrigo Carvalho Lopes de Souza – O Rincão de Vilheca. Um viés e os intercursos do Urbanismo entre rios - da regularização fundiária de interesse social à REURB -S

Bruna Pimentel Cilento, Wilson Ribeiro dos Santos Junior – Direitos urbanos, para urbanos direitos? A ocupação "Marielle Vive!" face à nova lei 13.465/2017

Lucas Dos santos Figueredo, Livia Pitelli Zamarian Houaiss – Condomínio de lotes e o condomínio urbano simples: Contornos doutrinários e análise da aplicabilidade da Lei no 13.465/17 na jurisprudência da região sudeste do Brasil

Tatiana Reinehr de Oliveira, Erika Winge, Fernando Luiz Carvalho Dantas, Bruno Torres Sousa, Paulo Afonso Cavichioli Carmona – A Regulamentação dos loteamentos com controle de acesso no Distrito Federal a partir da lei 13.465/2017

Andre Sionato Castro, Julia Navarro Perioto, Rafael De Sordi Zanola, Ricardo de Pádua Salles – A medida provisória 759/2016 e o novo paradigma da política de regularização fundiária nacional: A imposição institucional do modelo capitalista financeirizado ocultada pela promessa de dinamização procedimental

Sessão 3 – 22/10, 16h00 – Bloco A, Sala 01

Miguel Reis Afonso, Letícia Mianni de Almeida – A lei local de regularização fundiária - Planos e propostas

Cris Evelin Tortato, Fernanda Fregadolli – Regularização fundiária em áreas de APP: O conflito entre os direitos à moradia e ao ambiente preservado

Larissa Oliveira Vargas, Marianne Maia de Sousa, Jeferson Santos Teixeira da Silva, Almir Mariano de Sousa Junior – As custas e os emolumentos do processo de regularização fundiária urbana e os desdobramentos na tributação de imóveis regularizados no Estado do Rio Grande do Norte

Tatiana Monteiro Costa e Silva – Regularização fundiária urbana e áreas protegidas: área de preservação permanente e unidades de conservação de uso sustentável

Allan Ramalho Ferreira, Arianne Kwon leiri, Douglas Tadashi Magami, Rafael Negreiros, Vanessa Chalegre de Andrade França – Regularização fundiária de interesse social em áreas de proteção de manancial: A problematização dos marcos temporais restritivos previstos na legislação estadual de São paulo a partir do caso do Jardim da União

Sessão 4 – 22/10, 16h00 – Bloco A, Sala 02

Ana Carolina Chaves Catolico, Luciana Crivelare, Talita Vespa – Reflexões sobre o programa de urbanização de assentamentos populares no município do Rio de Janeiro

Gleiziane Antunes Aristeu, Mariza Rios – Urbanização da pobreza em Belo Horizonte: Projeto Vila Viva e controvérsias urbanísticas

Letícia Claro, Patrícia Pereira Alves da Silva – Expulsão, remoção e fixação: os três momentos da visão da ocupação irregular para o planejamento urbano brasileiro e o exemplo do Distrito Federal

Letícia de Paula Souza – Dispersão urbana e a nova configuração das cidades médias brasileiras: O caso de Uberlândia/MG

Renata Piroli Mascarello, Silvana Teresa Piroli – Habitar com cidadania: A experiência de política urbana no Marianinha de Queiroz, em Caxias do Sul/RS

Rodrigo Faria G Iacovini, Vítor Soares Miceli – Reflexões sobre violência e política na urbanização de favelas na Colômbia

Sessão 5 – 23/10, 14h00 – Bloco A, Sala 01

Adriana Lima, Fernanda Christina Silva Gonzalez, Liana Silva de Viveiros e Oliveira – Zonas Especiais de Interesse Social: O limiar entre o direito e a desposseção

Diogo Henrique da Costa Fonseca, Stephanny Alpire Germano, Carime Afonso dos Santos Leite – ZEIS Tomé de Souza: Um dilema entre o direito à moradia e a urbanização extensiva em Porto Velho



Milena Luiza, Jordana Coelho, Luiz Gomes de Melo Junior, Taynã Cristina Bezerra Silva – ZEIS como instrumento da construção de espaços de exceção: O caso de Palmas/TO

Raquel Soares, Maria Ines Sugai – Investimentos públicos e valorização imobiliária em áreas de ZEIS: Moradias de aluguel na comunidade da Serrinha, Florianópolis/SC

Dorys Mirella Bohn Daniel, Janaina Matoso – Metodologia para demarcação de ZEIS vazias a partir de princípios de qualidade locacional: Estudo da cidade de Cacoal/RO

Sessão 6 – 23/10, 14h00 – Bloco A, Sala 02

Paula Duque Rangel – Efetivação do direito à moradia como forma de cumprimento da função social da propriedade

Débora Draithon de Paiva, Mariza Rios – Os Impactos do usucapião especial coletiva de imóvel urbano na política de regularização fundiária

Marianna Haug, Alice Maria Gallian Augusto, Gianluca Biagini, Gustavo Soares Formenti, Mariana Guerra Castro, Walquiria de Paula Fernandes da Silva – Balanço sobre a ferramenta da usucapião coletiva e a experiência de regularização fundiária na favela de Paraisópolis/SP

Edilson Henrique Mineiro – Mutirões autogestionários: É hora de regular a produção da moradia que não quer ser mercadoria

Mateus Fernandes Vilela Lima, Rosangela Marina Luft – Locação como serviço público social: Características e experiências para uma política habitacional

Sessão 7 – 23/10, 16h00 – Bloco A, Sala 01

Letícia Bettio Machado – O Ensino de arquitetura e urbanismo e as ciências jurídicas: da necessidade de intersecção acadêmica como uma ferramenta de instrumentalização do Direito à Cidade

Regina Bienenstein, Cynthia Gorham, Luiz Eduardo da Cunha Alves da Silva – O Fórum de luta pela moradia: Assessoria técnica e estratégias de luta

Aline Sanches, Simone Polli – A Habitação nas propostas dos candidatos a presidência do Brasil nas eleições de 2018

Júlia Lima Albuquerque, Alicia Lerner, Anna Luiza Zanata Xavier, Karina Yuki Kagohara, Vitor Miceli – A Participação estudantil nos processos de regularização fundiária: A experiência da FAU Social no projeto Vila Joaniza

Ana Maria de Carvalho Nunes Ferreira Haddad, Bárbara Damasceno Caetano, Claudia de Andrade Silva, Flávia Tadim Massimetti, Marília Müller, Natália Mayumi Bernardino Tamanaka – A luta pelo direito de estar: O caso do Jardim da União/SP

GT 05 - Conflitos fundiários urbanos: atores, práticas e soluções alternativas Sessão 1 – 22/10, 14h00 – Bloco C, Sala 07 A

Mariana Marques Auler, Daniele Regina Pontes – Novo CPC e velhos problemas das ações possessórias: Uma análise sobre o papel da mediação no caso da Ocupação Tiradentes em Curitiba/PR

Ariane Berenice Reséndiz Flores – Las cooperativas de vivienda en la Ciudad De México: Hacia una alternativa para el acceso a la vivienda de interés social

Gilmar Bittencourt Santos Silva, Paula Miranda – Direito à moradia: Uma análise sob a ótica do bem viver no direito urbanístico em Salvador / Rio de Janeiro

Luiza Lins Veloso – A Atuação da Defensoria Pública como instrumento de visibilidade da população vulnerável de Guarulhos nos conflitos fundiários coletivos situados em áreas de risco

Yandra Patrícia Lima de Oliveira, Marcio Antônio Sousa da Rocha Freitas – Land readjustment como novo instrumento urbanístico no ordenamento jurídico brasileiro

Sessão 2 – 22/10, 16h00 – Bloco C, Sala 07 A

Alexandre Tortorella Mandl – Vila Soma: Uma experiência de litigância estratégica

Guilherme Bezerra Barbosa, Laryssa Figueiredo de Azevedo, Natália Brito e Souza – As Zonas Especiais de Interesse Social na judicialização de conflitos fundiários em Fortaleza: Breves apontamentos sobre os casos Vila Vicentina e Salgadeira

Gabriela Leite De Moura – Resiliência urbana: O caso de uma ocupação vertical no centro da cidade de São Paulo

Jean Felipe de Oliveira Dias, Márcia Hirata – Conflitos fundiários e vulnerabilidades sócio-espaciais: O caso da Ocupação Triângulo II, em Conselheiro Lafaiete/MG

Sessão 3 – 23/10, 14h00 – Bloco C, Sala 07 A



Pedro Porto Dos Santos – Vila Boa Esperança: Entre a concessão de uso especial para fins de moradia e a legitimação fundiária

Pedro Porto Dos Santos, Mateus Cavalcante de França, Letícia Bettio Machado, Franciele Bonoldi, Marjorie Cavalli R, Letícia Dupont, Jade dos Santos Alves – Desvelando a judicialização do direito à moradia: O caso da Ocupação União na perspectiva da assessoria jurídica universitária popular.

Antonio Fernando de Amorim Cadete – A moradia como concretizadora da função social da posse: Inovações do CPC/2015 quanto aos conflitos fundiários

Jorge Munchen – Conflitos fundiários urbanos no Brasil: Conceitos e políticas públicas

GT 06 - Desafios do direito urbanístico em políticas setoriais Sessão 1 – 22/10, 14h00 – Bloco C, Sala 08 B

Cris Evelin Tortato, Fernanda Fregadoli – Efetivação do direito fundamental ao transporte: A eficiência dos planos de mobilidade a partir da democracia participativa

Luís Otávio Rocha Castilho, Luísa Cristina Nonato – O Direito à Cidade e os desafios da participação popular na gestão da mobilidade urbana: Algumas reflexões acerca das Comissões Regionais de Transporte e Trânsito (CRTT) de Belo Horizonte/MG.

Jirgleyane Nunes de Oliveira, Luciano Freire de Carvalho Malaquais – A Implementação da política de mobilidade urbana com o auxílio da tecnologia

Leonardo Andrade Aragão – Mobilidade urbana por bicicleta: Sua importância para a sustentabilidade e mecanismos de efetivação através do direito urbanístico

Guilherme Bezerra Barbosa – Implantação do autoatendimento nos ônibus de Fortaleza: O desafio do direito municipal frente à automação da cidade

Sessão 2 – 22/10, 16h00 – Bloco C, Sala 08 B

Flávia Cirqueira Rodrigues Lopes, Mardokai Martins Oliveira, Whallst Guibson Santana da Mota – Goiânia e os caminhos da mobilidade urbana

Diego Freire Martins – Mobilidade urbana de crianças: Aspectos relacionais entre forma urbana e Direito à Cidade
Lúcio Mauro Cavalcante Ribeiro, Sandy Lorena Costa Monteiro, Mariana da Conceição Gutierrez de Carvalho, Juliana Mendes da Silva Brito – Transporte coletivo e o processo de regulamentação na Região Metropolitana de Belém

Mariama Rezende Mendonça – Transporte público coletivo urbano e a gratuidade como meio para a efetivação do Direito à Cidade em Palmas/Tocantins

Mariana Sousa de Andrade, Nilo Márcio de Andrade Teixeira, Laila Miranda Vilela – Os Caminhos para os pedestres, em particular as ruas, como espaços públicos de circulação e convívio social no contexto da cidade de Feira de Santana/BA

Sessão 3 – 23/10, 14h00 – Bloco C, Sala 08 B

Fábio Wendel de Souza Silva – Direito dos Desastres e Cidades Resilientes: Deveres dos entes federados no âmbito da Política Nacional de Proteção de Defesa Civil

Júlia Antunes – A Colaboração de cooperativas para eficácia da política nacional de resíduos sólidos

Julia Azevedo Moretti, Savio Mourão Henrique, Ricardo de Sousa Moretti, Luciana Nicolau Ferrara – Alguns problemas estruturais do saneamento no Brasil e os riscos de uma legislação que amplia a privatização dos serviços

Sebastião Dias de Carvalho Neto – A Abordagem da subjetividade como potencializadora das políticas públicas
Melissa Mota, Ricardo Antônio de Barros Wanderley – A soberania alimentar e a cidade: O que aprendemos com o passado e quais os desafios para o futuro?

GT 07 - Dilemas do planejamento territorial metropolitano e regional Sessão 1 – 22/10, 14h00 – Bloco C, Sala 08 A
Alice Sampaio Ferreira, Lucas Filipe Souza Coité – As Estratégias de empresariamento urbano do Governo do Estado da Bahia: Uma análise da PPP do sistema metroviário de Salvador e Lauro de Freitas

Natália Cabral do Rêgo Barros – A Privatização do Urbanismo: Considerações acerca da expansão urbana de Brasília por meio de condomínios e loteamentos fechados

Victório Rojas, Gisela Cunha Viana Leonelli – A Venda de terras públicas pelo fundo de investimento imobiliário do Estado de São Paulo: Construção e questionamentos



Rodrigo Faria G Iacovini – Fronteiras e limites do planejamento e gestão metropolitanos a partir do caso do Rodoanel Mário Covas (SP)

Edson Ricardo Saleme, José Marques Carriço, Sílvia Elena Barreto Saborita – Limites e desafios na implementação da política urbana e ambiental em cidades portuárias: o desafio de gestão no município de Santos

Sessão 2 – 22/10, 16h00 – Bloco C, Sala 08 A

Bruno Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima – Reflexões para o enfrentamento (jurídico) da irregularidade fundiária em áreas metropolitanas a partir da experiência da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Cadmiel Mergulhão Onofre de Melo, Bruno Costa do Nascimento Silva – “Mudanças ao vento”: Alterações do Estatuto da MetrÓpole e o caso da Região Metropolitana de Natal/RN

Paula Losada – Desafios do planejamento e gestão do território municipal nas áreas peri-urbanas

Jacy Soares Corrêa Neto, Jadson Luís Rebelo Porto – Dinâmica das condições de moradia urbana na Região Metropolitana de Macapá/AP (1991-2000)

7. RELATO:

O painel “Resistências: Direito à Cidade em disputa” fez uma atualização sobre as formas de segregação que se expressam nas cidades contemporâneas e discutiu estratégias de luta cooperada e redes de apoio capazes de restituir valor à vida de populações consideradas descartáveis, com especial enfoque para as disputas pelas áreas centrais das cidades.

Paula Santoro (FAAUSP), Mônica Oliveira (Rede de Mulheres Negras), Graziela Tavares (UFT), Allan Ramalho (Defensor Público SP) e Gilson Santiago Macedo Júnior (IBDU) enfatizaram a importância de incorporar os recortes de gênero e raça para pensar os territórios urbanos e explicitar os limites do acesso à cidade.

“Chegamos à concordância de que o acesso à cidade é diferenciado e que a segregação define a cidade. Não é só fruto do passado, também é fruto de racismo institucionalizado. Mesmo quem consegue moradia em bairros mais consolidados, não consegue usufruir a cidade”, disse Mônica Oliveira.

Mônica recuperou o padrão histórico de habitação das populações brancas e negras para demonstrar o caráter excludente que permanece informando as disputas, por exemplo, nas áreas centrais das cidades. Antes dos processos de higienização, esses locais eram moradia de negros. Atualmente os gestores resistem à ocupação mesmo que represente uma reserva capaz de enfrentar ou superar o déficit habitacional. “Por que não é feito mesmo sendo mais racional e econômico? essas pessoas não merecem ter melhor condições de moradia?”, questiona Mônica.

A partir da experiência de São Paulo, Paula Santoro analisa as operações cada vez mais constantes e violentas que removem populações da área central da capital. Na sua avaliação, esse movimento resulta de relações entre iniciativa privada e Estado cujo objetivo é alterar fluxos e limpar a área antes das concessões para empreendimentos urbanísticos privados. Como resultado, cria-se uma situação de insegurança permanente que gera um trauma urbano e afeta especialmente o cotidiano e os corpos das mulheres.

Ao pensar qual é a perspectiva da cidade para as mulheres, Paula Santoro trouxe ao debate dados concretos que demonstram a importância de repensar a representação e a leitura de territórios periféricos, cruzando informações que vão além da chave de classe econômica e extrapolando o pensamento binário mobilizado por polaridades como público/privado, moradia/trabalho, esfera pública/doméstica. Para a especialista, este esquema leva a pensar a mulher apenas no ambiente da casa e obscurece conexões reveladoras de questões como, por exemplo, assédio sexual que devem ser pensadas em termos de território. A especialista lembra que ao incorporar uma agenda de gênero para



pensar soluções na cidade, será possível atender demandas de um tipo de família cada vez mais frequente que é a formada por mulheres que cuidam sozinhas de seus filhos.

Allan Ramalho também contribuiu com uma reflexão sobre a distribuição diferencial da precariedade e do valor das vidas na cidade. Para o defensor público, é possível identificar essas desigualdades ao fazer recortes ou cruzar informações que mapeiem oportunidades e vulnerabilidades expostas, por exemplo, pela relação entre o valor dos imóveis e expectativa de vida.

“Determinadas populações sofrem mais. Quais humanos são dignos de reconhecimento?”, Allan.

Além de enfrentar a criminalização dos movimentos sociais que lutam pela moradia, Allan sugere que a agenda de defesa do Direito à Cidade deveria se traduzir em uma nova ética de coabitação que passa por exigir condições para que as vidas sejam melhor vividas, com a criação de redes de apoio e espaços capazes de potencializar a visibilidade e a revalorização destes corpos precarizados.

No painel sobre regularização fundiária, conflitos urbanos e a proteção do patrimônio público Maurício Leal Dias (Universidade Federal do Pará), Letícia Osório (advogada), Cristiane Benedetto (IBDU), Ana Karla da Costa de Alcântara (MTST/PE), Victor Carvalho Pinto (Consultor) e Patryck Carvalho (IBDU) discutiram a regularização fundiária, os conflitos urbanos e a proteção do patrimônio público. A partir de um marco que insere a questão fundiária no âmbito dos Direitos Humanos, a advogada Letícia Osório abordou a atualidade de conflitos no cenário urbano e rural, com especial impacto sobre as populações tradicionais da Amazônia. O professor Maurício Dias (UFPa) abordou o funcionamento das disputas por terra no Pará e identificou a grilagem como a principal estratégia de apropriação e de violência contra populações, em um mecanismo que conta com a participação de uma estrutura judicial.

A materialidade da situação de conflito foi trazida por Ana Karla da Costa de Alcântara (MTST/PE) que fez um relato da insegurança cotidiana vivida pelas populações que convivem com a ameaça permanente de despejo. A partir de uma leitura feita pela vivência como parte de um grupo afetado, Ana enfatizou a necessidade das políticas públicas garantirem condições de vida e trabalho.

O consultor Vitor Carvalho Pinto fez apontamentos sobre o processo legislativo e identificou temas de maior resistência implicados na discussão sobre regularização fundiária como financiamento e aproveitamento de bens públicos ociosos. Em um cenário de desconhecimento sobre a abrangência e peculiaridade das ações de regularização, ele alertou para o uso do instrumento de regularização como promessa de autoridades públicas, mesmo em locais inadequados.

Cristiane Benedetto (IBDU) apresentou sua experiência na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e a alteração da cultura institucional orientada pelo reconhecimento de que o direito à moradia pode conviver com a proteção do patrimônio da união. Alterando as características do órgão que transforma a função arrecadatária em socioambiental, é possível utilizar o gigantesco patrimônio público federal em prol das políticas sociais e aplicar um conceito que trata da gestão social da terra.

Direitos Humanos

O marco de referências dos direitos humanos é apontado como um balizador importante para tratar do direito às cidades. Entretanto, segundo a advogada Letícia Osório, é preciso considerar que no Brasil há uma distorção histórica onde fatores como impunidade, racismo e machismo dificultam o entendimento e a decodificação das violações, favorecendo a associação do termo à defesa de bandidos.



“Como reivindicar a construção de sentido dos Direitos Humanos em uma conjuntura de ataques e violações? Quem são os corpos afetados?”, avaliou Letícia Osório.

Neste quadro, os despejos são justificados por uma ótica que entende os assentamentos como uma violação da propriedade e não enxerga a moradia como direito, evidenciando o desconhecimento da maioria sobre a função social da propriedade. Além disso, a posse é vista como desvalor e o direito dos residentes a permanecer no local não é reconhecido, estando sempre questionado nas disputas de grandes projetos imobiliários. Na maioria dos casos, esta tensão é resolvida pela militarização e violência com objetivo de garantir a liberação das áreas, configurando o Estado como indutor dos deslocamentos.

Para a especialista, os assentamentos não são vistos como espaço de direito, em parte porque a periferia é analisada a partir de modelos analíticos que a caracterizam pela ausência de condições e ignoram sua potência na constituição de sociabilidades inovadoras, formas solidárias de cuidado e regulação do espaço público.

Sistema de Justiça

O sistema de justiça e o direito urbanístico foram o tema da quarta sessão do X Congresso de Direito Urbanístico. As defensoras públicas Juliana Oliveira (Pará), Maria Júlia Miranda (Rio de Janeiro) e a Promotora de Justiça do Estado do Ceará, Giovana de Melo Araújo expuseram suas experiências de trabalho em um cenário de metrópoles, marcadas pela atuação de milícias, apontando limites e estratégias nas relações com o judiciário.

Para Maria Júlia Miranda, a ameaça de remoção marca a vida nas favelas da capital carioca, sendo justificada por um discurso que valida, entre outros fatores, o risco de desastres ambientais como medida para retirada dos moradores. Entretanto, os efeitos dos eventos ambientais não deveriam ser naturalizados já que a omissão do poder público para implementar obras e medidas de contenção configuram uma estratégia política que desvaloriza a vida de segmentos específicos da população, configurando um dispositivo da chamada necropolítica. A defensora observou ainda que o maior número de ações de remoção coincide com áreas de expansão imobiliária e que os defensores tem se empenhado em produzir dados que sustentem uma contranarrativa, capaz de diferenciar os moradores da milícia que controla os territórios.

Em Fortaleza, a promotora Giovana de Melo Araújo, também enfrenta no seu cotidiano de relação com o judiciário a justificativa da precariedade da ocupação ou de danos ao meio ambiente como argumento para defesa das remoções. Na sua prática, ela contrapõe ao que qualificou como discurso remocionista a responsabilidade do poder público em fazer cessar as condições inadequadas de habitação com o fornecimento de serviços públicos. A promotora propõe um diálogo com o judiciário que reivindique a validade de argumentos como a existência de moradia estabelecida, usado em casos como o das edificações que avançam sobre a praia em áreas nobres da cidade, também para evitar o deslocamento de populações pobres.

“É muito triste ver uma pessoa ser removida para lugares onde não tem nenhuma estrutura, escola, transporte, muito distante do trabalho e ainda ter que conviver com ingerência de facção criminosa”, disse Giovana.

A defensora pública do Pará, Juliana Oliveira, levantou o questionamento sobre as dificuldades de entendimento do judiciário sobre procedimentos e marcos legais envolvidos nos conflitos fundiários. Na sua opinião, o problema pode ir além do simples desconhecimento e denotar um viés que acaba



favorecendo uma interpretação individualizada e não coletiva dos casos. Juliana apresentou dados sobre o Pará e alertou para o fato de que grande parte da ocupação no Estado é irregular ou feita em terra pública. Dessa forma, a discussão sobre regularização fundiária deve estar associada à garantia do direito à moradia, impedindo que seja utilizada como mecanismo para regularização de recursos financeiros originados em atividades ilegais ou prejudicar populações que ocupam terrenos e não tem acesso aos mecanismos de grilagem.

1. CONCLUSÃO:

O evento cooperou para alinharmos interesses comuns entre IBBDU e CAU, afim de trazer políticas públicas inovadoras que possam garantir o direito a cidade.

Local, Data: Palmas-TO, 24 de outubro de 2019.

Nome: Nikson Dias de Oliveira

Cargo: Conselheiro Federal